

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

MIRIAM HALPERN PEREIRA

COROA, IMPÉRIO E NAÇÃO (1807-1834)

PEREIRA, Miriam Halpern

COROA, IMPÉRIO E NAÇÃO (1807-1834)

R. IHGB, Rio de Janeiro, a.171 (447): 145-168, abr./jun. 2010

Rio de Janeiro
abr./jun. 2010

COROA, IMPÉRIO E NAÇÃO (1807-1834)

CROWN, EMPIRE AND NATION (1807-1834)

MIRIAM HALPERN PEREIRA¹

Resumo:

Portugal atravessa um dos períodos mais complexos da sua história entre 1807 e 1820, quando às invasões francesas, de curta duração, mas muito destrutivas, se sucederam doze anos de ocupação informal britânica. Ainda assim, a Casa de Bragança conservou a Coroa, mantendo o Brasil e outros territórios coloniais por mais de uma década sob o seu domínio, enquanto a revolução liberal dava os seus primeiros passos. A história de Portugal e do Brasil distingue-se inteiramente da história da Espanha e das suas colônias americanas nesta época, constituindo um caso interessante para o estudo da evolução de três das principais instituições e conceitos políticos no final do Antigo Regime: a Coroa, o Império e a Nação, cada qual com cronologia bem distinta. A Coroa é obviamente a instituição mais antiga, o Império o conceito que se lhe entrelaça a partir das Descobertas, sendo a então fascinante ideia de Nação a mais recente na época, em ambos os lados do Atlântico. Neste artigo, a ênfase incide na forma como se vai processando a articulação entre estas instituições e conceitos, neste período de coexistência entre instituições antigas e novas e em que a modificação da sua geografia se torna fator e igualmente consequência desse processo.

Palavras-chave: Revolução liberal, invasões francesas, Independência do Brasil, Aliança luso-britânica, Tratado 1810.

Abstract:

Portugal went through one of the most complex period of its whole History between 1807 and 1820, when the British informal occupation of twelve years, followed the French invasion, short but very destructive. The Crown survived in the hands of the House of Bragança and kept Brazil and the rest of its colonial territories for over a decade, and a liberal revolution began to make its way. This makes the Portuguese and Brazilian history of this period somewhat different from that of both Spain and its American colonies. It provides an interesting case for the study of the evolution of three main institutions and political concepts involved in the end of the Old Regime: the Crown, the Empire and the Nation, each one with their own chronology. The Crown is obviously the oldest one, the concept of Empire emerged with the "Overseas Discoveries" and Nation was the newest and then fascinating idea, in both sides of the Atlantic. The main focus in this article is the changing interrelation these concepts undergo in this period, in which the co-existence of old and new institutions is visible and their changing geography appears both as a factor and a consequence of this process.

Keywords: Liberal Revolution, French invasions, Independence of Brazil, Anglo-Portuguese Alliance, Treaty of 1810.

As guerras napoleônicas desempenharam um papel catalisador de sentido múltiplo na Europa e na América do Sul, regiões onde os ventos de mudança já se vinham fazendo sentir. Reformas e sintomas de desagregação do Antigo Regime despontavam, aqui e além, sob o impacto decisivo das revoluções americana e francesa, mas sem que o sistema político em si mesmo fosse afetado. Em Portugal, antes de 1807, os novos

1 – Professora emeritus/ Centro de História Contemporânea/ ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa. E-mails: mh.pereira@sapo.pt, miriam.pereira@iscte.pt.

ideais apenas tinham exercido uma influência tênue na elite iluminista. Os primeiros indícios da vontade de mudar o sistema político só começam a ser visíveis no final da primeira década do século XIX, quando a Península Ibérica é envolvida no vasto conflito europeu entre Antigo Regime e Estados e projetos liberais, intensificado pelas guerras napoleônicas. Foi em nome de uma nova estrutura política e social e da luta contra as monarquias absolutas que os exércitos napoleônicos invadiram vários países em toda a Europa, da Rússia a Portugal. Em pano de fundo, emergem rapidamente as ambições imperiais, regionais e pessoais, como foi o caso de Portugal e do seu Império. A Inglaterra encabeçou a aliança contra Napoleão, a qual, de facto, não era inteiramente antiliberal.

Portugal atravessou uma conjuntura difícil, dividido entre a fidelidade ao seu tradicional aliado, a Inglaterra, cujo poder marítimo era fundamental no apoio ao Império Português, e o medo do avassalador poder militar de Napoleão, na altura aliado de Espanha. A neutralidade, durante muito tempo a escolha do governo português, foi mantida quase até ao fim. Quando Portugal cedeu às exigências francesas de encerramento dos portos e a expulsão dos súditos ingleses, era já tarde demais, a invasão napoleônica já tinha sido decidida. O tratado de Fontainebleau de Novembro de 1807 sancionou o acordo entre Espanha e França, sem que a partilha planeada entre França e Espanha viesse a ser aplicada. Portugal entrou então num dos períodos mais complexos da sua história: às invasões francesas, de curta duração, mas muito destrutivas, sucederam-se doze anos de ocupação informal britânica. Ainda assim, a Casa de Bragança conservou a Coroa, mantendo o Brasil e outros territórios coloniais por mais de uma década, sob o seu domínio. A história de Portugal e do Brasil distingue-se inteiramente da história da Espanha e das suas colônias americanas nesta época, constituindo um caso interessante para o estudo da evolução de três das principais instituições e conceitos políticos no final do Antigo Regime: a Coroa, o Império e a Nação, cada qual com cronologia bem distinta.

A Coroa é obviamente a instituição mais antiga, o Império o conceito que se lhe entrelaça a partir das Descobertas, sendo a então fascinante ideia de Nação a mais recente na época, em ambos os lados do Atlântico. É particularmente interessante a forma como se vai processando a articulação entre instituições e conceitos, neste período de coexistência entre instituições antigas e novas. A modificação da sua geografia constitui fator e igualmente consequência desse processo.

Coroa

Em Portugal, o Antigo Regime demonstrou uma notável capacidade de adaptação aos novos tempos. O despotismo iluminista, desde Pombal ao Príncipe Regente D. João, introduziu mudanças significativas em diversos sectores, da administração à economia, à educação e à cultura. No início do século XIX, o Estado tinha controlado, e parcialmente integrado na administração, as ordens privilegiadas. À medida que a esfera de intervenção do Estado crescera, o poder real, embora mantendo-se absoluto, fora sendo delegado de forma condicional num sistema institucional complexo. O liberalismo econômico fora sendo moderadamente introduzido, precedendo em algumas décadas o advento do liberalismo político. Um grupo de reformadores iluministas tinha sido integrado pelo Príncipe Regente no seu governo, e o mais conhecido deles, o ministro Rodrigo Sousa Coutinho, viria mais tarde a partir com o Regente para o Brasil. Um período de prosperidade econômica caracterizou todo o último quartel do século XVIII, aproximadamente até 1806. Tudo isto explica que o liberalismo político tenha surgido mais tarde em Portugal do que no Brasil, como já Silbert apontara.²

Foi no Brasil colonial, como seria de esperar, que a Revolução Americana originou mais cedo uma visão crítica do Império e da Coroa portuguesa. A conspiração da elite colonial em Minas Gerais (1789), movimento separatista parcialmente influenciado por ideais republicanos, foi seguida onze anos mais tarde por uma revolta de artesãos e comerciantes mestiços na Bahia. O protesto baiano, sucedendo à revolta de escravos

2 – Albert Silbert, *Portugal na Europa oitocentista* (Lisboa: Salamandra, 1998), cap. 1.

no Haiti, tornou a elite colonial mais moderada na expressão política do seu descontentamento. A possibilidade de surgirem críticas ao sistema baseado na escravatura, por parte da população negra, tornara-se uma ameaça mais plausível. A tática da Coroa Portuguesa em relação aos dois movimentos foi diferenciada. Tentou integrar os conspiradores de Minas Gerais, com a exceção da execução de Tiradentes, em si mesmo importante, mas pelo contrário não hesitou na repressão violenta dos dirigentes da revolta da Bahia, todos eles executados ou abandonados ao longo da costa africana. Considerada no seu conjunto, a política da Coroa foi bem-sucedida, conseguindo dirimir o descontentamento. Na viragem do século, as medidas tomadas por Sousa Coutinho tinham criado uma situação política razoavelmente estável. O plano que deixara delineado em 1803, pouco antes de abandonar o seu cargo, viria a contribuir decisivamente para o futuro sucesso da monarquia no Brasil.³

De fato, a estabilização política do Brasil tornou-se vital para a Casa de Bragança quando teve de mudar a sua capital para o Rio de Janeiro, em 1808. Por sua vez, as mudanças induzidas por este acontecimento central tornaram-se um fator fundamental nesta estabilização.

No final de novembro de 1807, a Corte Real portuguesa empreendeu uma viagem transatlântica e deslocou a sua sede. Foi um acontecimento de suma importância, era a primeira vez na história da Europa que uma figura real e a família se deslocavam a uma região do seu Império. Neste caso, nem sequer se tratava de mera visita, mas de mudança efetiva de residência, com o Rio de Janeiro a tornar-se a capital e a substituir temporariamente Lisboa, então sob o governo do general francês Junot.

Antes das invasões francesas, os fundamentos do regime absolutista não tinham sido claramente questionados em Portugal. Desde o final do século XVIII, existiam vários indícios de empatia com o liberalismo político por parte de diferentes personalidades, principalmente nas profissões académicas e liberais. Mas o primeiro projeto de monarquia constitucio-

3 – Kenneth Maxwell, “The idea of the Luso-Brazilian Empire” (1973), em *Naked tropics: essays on empire and other rogues* (New York: Routledge, 2003).

nal apenas surgiu em 1808, quando um grupo minoritário se dirigiu a Junot, solicitando uma constituição muito moderada, similar à constituição napoleônica da Polônia, associada à nomeação de um rei “napoleônico”, estrangeiro. A política napoleônica teria desfrutado inicialmente de grande apoio entre os discípulos de Pombal, isto é, entre a nobreza mais esclarecida, bem como no estrato social mais elevado do Terceiro Estado, em alguns magistrados e metade da Universidade de Coimbra, segundo o testemunho de Henri de Carrion-Nissas, um oficial de Junot. Mas a recusa deste projeto constitucional por Junot e a sua aliança com a nobreza tradicional pôs termo a qualquer expectativa liberal resultante da presença francesa.⁴

Num primeiro tempo, o poder real parecia dispor de um apoio amplo. Atesta-o a mudança de atitudes em relação aos exércitos franceses, induzida pelas ordens contrastantes do Príncipe Regente, primeiro no Inverno de 1807 e, mais tarde, na Primavera do ano seguinte. Antes de partir, o Príncipe D. João ordenou ao Conselho de Regentes que não resistissem às tropas estrangeiras e que se comportassem de maneira cortês para com elas. Os regentes obedeceram minuciosamente, indo mesmo ao encontro do exército francês para o acompanhar na sua entrada na capital. Seis meses mais tarde, como a situação em Espanha e na Europa tinha mudado e entretanto Napoleão proclamara o fim da dinastia de Bragança, o Príncipe Regente declarou guerra à França. Decorrido pouco tempo, surgiram revoltas por todo o país, em nome da Coroa e solicitando o regresso da Casa de Bragança.

Entretanto, a nova geografia do poder real, agora sediado no Rio de Janeiro, havia determinado a reorganização de um aparelho estatal re-centrado nesta cidade.⁵ Uma cópia do Estado português de Antigo Regi-

4 – Albert Silbert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista* (Lisboa: Horizonte, 1972); Graça Silva Dias e José Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (Lisboa: INIC, 1980); Miriam Halpern Pereira, “A crise do Estado de antigo regime: alguns problemas conceptuais e de cronologia”, *Ler História*, n.º 2 (1983).

5 – Ana Cannas Delgado Martins, *Governança e Arquivos D. João VI no Brasil* (Lisboa: IANTT, 2007), para tudo que se refere à reorganização do aparelho estatal no Brasil e em Portugal e os conflitos de poder, ver também Ana Cannas Delgado Martins, “Governar

me foi implantada no Brasil, com os seus diferentes serviços e tribunais centrais, forças de segurança e várias outras instituições. Uma alteração fundamental foi a nova Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, domínio agora necessariamente desagregado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. A Impressão Régia foi rapidamente instalada, com o novo material tipográfico, vindo de Londres e nem sequer desembalado em Lisboa, antes de embarcar juntamente com a Corte Real. A Biblioteca Nacional do Brasil herdou a rica Biblioteca Real embarcada com a Corte Real para o Rio. Estes são apenas alguns dos muitos pormenores desta extraordinária viagem que tornam difícil acreditar que ela não fora planeada. Hoje constituiu-se quase um consenso, pondo de lado a ideia de improvisação, considerando-se mais plausível que apenas a data tenha sido anunciada no último momento. Nos estaleiros do Arsenal da Marinha, os navios estavam já a ser preparados desde agosto, aliás a partida do Infante D. Pedro, Príncipe do Brasil, herdeiro do trono, tinha sido claramente anunciada.

Mas voltando à questão principal que queria abordar aqui, a duplicação dos aparelhos político e administrativo que se tornou rapidamente fonte de conflitos entre a Regência sediada em Portugal e a Corte Real residente no Rio. Dada a situação militar, os assuntos portugueses corriam principalmente através das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nas mãos de Rodrigo Sousa Coutinho, e os assuntos de rotina através da Secretaria de Estado de Negócios do Brasil, o que naturalmente desagradava aos Regentes. Os assuntos ultramarinos estavam agora centralizados no Rio, e o Conselho de Regentes não tinha sequer qualquer autoridade sobre a Madeira e os Açores.⁶ Durante a ocupação francesa, Junot suspendeu a Regência. Após a retirada do exército francês, no outono de 1808, o governo português no Rio hesitou sobre o tipo

Portugal na guerra peninsular: um desafio atlântico”, *Ler História*, n.º 54 (2008). Para o Brasil, ver igualmente Belotti em *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822. Nova História da Expansão Portuguesa*, coord. M.ª Beatriz Nizza da Silva, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Lisboa: Estampa, 1986).

6 – Esta situação das ilhas manter-se-ia mesmo após a expulsão de Junot, com o desagrado dos Regentes. Ver Ana Cannas Delgado Martins, *Governança...*, 128-129.

de governo a estabelecer em Lisboa, tendo considerado o estabelecimento de um governador, associado à presença de um membro da família real. Deparando-se com uma situação instável em Portugal, o general britânico Dalrymple não esperou por uma ordem da Coroa e decidiu por si próprio restabelecer o Conselho de Regentes, excluindo apenas os membros suspeitos de colaboração com os franceses (18 de setembro de 1808). Impôs também um dos novos membros (o bispo do Porto) e fez depender da sua aprovação prévia a nomeação dos outros regentes que iriam substituir os membros excluídos por colaboração ativa com os franceses.

A Regência apenas foi confirmada em janeiro pelo Rio, sendo então os seus poderes drasticamente reduzidos, pois a Coroa receava seriamente perder o seu poder. A reação da Regência foi vigorosa, rejeitando a execução destas ordens régias. Decorrido cerca de um ano de desentendimento entre Lisboa e o Rio, a Coroa cederia em meados de dezembro de 1809, alargando a esfera de jurisdição dos regentes. É interessante realçar que a razão explicitamente invocada para a mudança foi a afirmação dos regentes acerca do ambiente entre os “súditos”, que se sentiam remetidos a estatuto colonial, quando estavam habituados a serem o centro do reino. Este argumento revela uma mutação significativa, a opinião pública tinha passado a ser reconhecida como fator político decisivo.

Após o curto período francês de Junot, que tinha concentrado o poder em si próprio, a presença militar inglesa introduziu um outro nível de poder, que se veio sobrepor ao Conselho de Regentes, restabelecido com a ajuda dos ingleses. O auxílio do exército inglês havia sido de início bem acolhido, tendo sido até solicitada a colaboração de um general para reorganizar o exército português. O prestígio adquirido pelo exército inglês no seu combate contra o poder napoleônico na Península Ibérica era enorme. A situação de Portugal era tão frágil que teve de aceitar a humilhante Convenção de Sintra, na qual o governo português nem sequer participou. Este acordo entre os governos francês e inglês, definindo as condições da retirada dos franceses, não só confirmou o já existente poder militar britânico, como legitimou a sua intervenção em todos os assuntos, financeiros ou administrativos, relacionados com a guerra. A Regência, bem como

as autoridades militares e administrativas portuguesas, encontravam-se agora claramente numa dupla dependência, de Beresford, numa relação próxima, e do Príncipe Regente D. João e seus ministros, sediados na distante cidade do Rio. Divergências e tensões atravessaram, por vezes, as relações entre o poder real e os seus representantes em Lisboa, que tinham de enfrentar o descontentamento interno criado pelo duplo estatuto quase colonial, face à própria Coroa e à Inglaterra.

Durante todo este período, mesmo antes da forma de governo ter sido ela própria questionada em termos políticos, observa-se, na prática, uma fragmentação no poder real, que atingiria o seu auge em 1820, quando assume explícita configuração política. O período que se seguiu ao final da guerra ilustra claramente a complexidade desta situação.

O fim das guerras napoleônicas, em 1814, não trouxe a Corte Real de volta a Lisboa. A instituição do Reino Unido de Portugal e Brasil no final de 1815 (16 de dezembro) foi seguida pela coroação do rei D. João VI no Rio, no início de 1818 (6 de fevereiro), um ano após a morte de D. Maria I. A coroação de D. João VI foi um acontecimento extraordinário, jamais a coroação de um monarca europeu ocorrera na América. Recebidos com entusiasmo no Brasil, estes acontecimentos causaram crescente e profunda decepção em Portugal. Não havia também sinal da retirada dos ingleses ou da sua vontade de abdicar do poder. Bem pelo contrário. Apesar da vasta delegação de poder que tinha adquirido, face aos sucessivos conflitos de competências com os regentes, Beresford sentiu a necessidade de ver o seu papel em Portugal claramente redefinido por parte do Rei. A Coroa portuguesa tinha ainda uma palavra a dizer em Portugal durante a ocupação britânica. Beresford regressava de uma ida ao Rio para solicitar o reforço do seu poder, quando foi apanhado em pleno mar pelo início da revolução de 1820. Assim terminou o período português da sua carreira militar e política.

Entretanto surgia uma situação inversa: os Regentes informaram o Rei acerca do seu reconhecimento das Cortes, não esperando pela sua autorização. Surgira um novo poder na cena política: a Nação. No Brasil,

o poder da Coroa portuguesa continuava a ser respeitado, excetuada a revolta de 1817, ocorrida no mesmo ano da conspiração de Gomes Freire em Lisboa. Os luso-brasileiros estavam contentes por ter o rei perto e, praticamente de todos os pontos de vista, as condições da elite luso-brasileira tinham melhorado e o republicanismo setecentista esmorecera. A monarquia agora sediada no Rio parecia mais apropriada a uma evolução que não colocasse em perigo o sistema da escravatura.

No plano internacional, desde que os compromissos com o governo britânico fossem respeitados, tudo corria bem. Na situação militar e política da Europa e de Portugal em 1807, a partida da Corte Real só foi possível devido ao apoio britânico e em particular da sua armada. Tal situação teve elevado preço político, imposto pelo governo britânico na Convenção de novembro de 1807, negociada em Londres pelo embaixador Domingos Sousa Coutinho. Apesar de esta convenção nunca ter sido assinada por nenhuma das partes, ela foi inteiramente aplicada. Em troca da garantia concedida pelo governo britânico à Casa de Bragança de que a Coroa portuguesa permaneceria nas suas mãos, independentemente da evolução dos acontecimentos, duas condições essenciais tinham sido exigidas.⁷

A Grã-Bretanha tinha imposto a abertura de um porto no Brasil, na ilha de Santa Catarina – não de todos os portos brasileiros como viria a acontecer –, e a futura assinatura de um tratado de comércio e navegação. Claro que a abertura de um porto brasileiro, no mínimo, era indispensável à sobrevivência da economia brasileira, indo ao encontro dos interesses dos comerciantes britânicos e dos proprietários de escravos do Brasil. A segunda condição foi a assinatura de um tratado de comércio e navegação, o futuro tratado de 1810, assinado em nome do comércio livre,

7 – Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império: a Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime* (Porto: Afrontamento, 1992), 214-219: análise das negociações da convenção e os dois futuros tratados. No esboço do futuro tratado do comércio e navegação delineado por Domingos de Sousa Coutinho, embaixador em Londres, o convênio foi considerado temporário, um acordo devido à situação de guerra. As negociações entre Sousa Coutinho e Strangford foram prolongadas, tendo começado em agosto de 1808.

mas definindo condições desiguais e assimétricas que analisaremos mais adiante. Estas duas medidas puseram fim ao monopólio português do comércio brasileiro. Salvar os direitos da Casa de Bragança e conservar o Brasil sob o seu domínio conduziu, contudo, a prazo, ao enfraquecimento político da Coroa e igualmente à ruptura do Império Luso-Brasileiro, ao criar uma clivagem entre os interesses brasileiros e portugueses, tanto a nível político como econômico. Isto conduz-me à segunda parte, a ideia e a realidade do Império no contexto português.

Império

Desde a viagem de Vasco da Gama, o rei de Portugal intitulava-se “Rei de Portugal, Algarve, Senhor de Aquém e Além-Mar em África, Senhor da Guiné e das Conquistas, Comércio e Navegação da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Era um Império nascido no mar, como Charles Boxer inteligentemente o designou, destinado a controlar as principais rotas de comércio e navegação. A estrutura imperial, que se construiu para cobrir uma área tão ampla, tomou uma forma muito diversificada. Nem poderia ser de outro modo. O controle por parte de um pequeno país sobre zonas tão dispersas só podia ser gerido através de uma administração flexível adaptada a cada caso. Coexistiram dois principais tipos de estruturas administrativas. Uma rede de feitorias, fortalezas, e outras formas mais ligeiras de ligação, como os capitães de viagem, espalhava-se ao longo da costa ocidental de África, no Oceano Índico e na Ásia oriental. Existiam também formas de ocupação territorial com colonização agrícola, como nas ilhas Atlânticas e mais tarde no Brasil. Goa e os seus territórios representavam uma forma de transição da primeira para a segunda. O Estado da Índia serviria mais tarde de modelo ao Brasil e ambos tiveram um estatuto especial, sendo governados por um alto funcionário, intitulado vice-rei.⁸

8 – Kenneth Maxwell, “The idea...”, 137-141 particularmente e Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Cultura luso-brasileira* (Lisboa: Estampa, 1999), para a maior parte do que se segue. Para o Estado da Índia, ver também Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Lisboa: Difel, 1998), 2.ª edição.

O Brasil tornou-se a parte essencial do Império Português, à medida que todo o sistema asiático de comércio e navegação se desagregou e se transferiu parcialmente para as mãos de outros concorrentes europeus durante o século XVII. De tal modo que, cerca de 1735, muitos anos antes do próprio nascimento de Napoleão, Luís da Cunha, reputado diplomata, sugeriu, numa proposta visionária, que o rei de Portugal deveria estabelecer a sua Corte no Brasil e tornar-se Imperador do Oeste, controlando assim melhor as suas riquezas. O Rio, com o seu clima moderado, afigurou-se-lhe, desde logo, como local propício para instalar a capital.⁹

Na construção do Império Luso-Brasileiro, o papel da geração de 1790 tem sido considerado como essencial. Kenneth Maxwell faz remontar as suas raízes a Pombal, especialmente num aspecto, a integração dos luso-brasileiros no aparelho estatal, concedendo-lhes cargos de relevo. Rodrigo Sousa Coutinho continuaria a orientação definida por Pombal, enviando estudantes do Brasil primeiro para Coimbra, donde seguiam para Montpellier prosseguir os estudos.

Assim foi constituída uma nova elite luso-brasileira, bem integrada, que se tornaria um alicerce da estrutura imperial. Com base na informação reunida por um grupo destes altos funcionários, enviado ao Brasil para estudar diferentes questões, entre as quais a importante indústria extrativa, Sousa Coutinho delineou a sua política geral para o Império, em 1798. Estava consciente da necessidade de adaptar a administração do Brasil e dos outros domínios aos novos tempos, de forma a mantê-los sob o poder da Coroa. Na sua opinião, Portugal reduzido a si mesmo tornar-se-ia uma província da Espanha. Reformar para evitar a revolução era um objectivo central da sua intervenção política. Nesse sentido, propunha que o Império fosse concebido como um conjunto de “províncias da monarquia, todas possuidoras dos mesmos privilégios e honras, todas reunidas sob a mesma administração”. Propôs também diversas medidas fiscais e financeiras, entre as quais a abolição de taxas no comércio interno do Brasil e a redução do quinto régio. Apenas conseguiu a abolição do

9 – Luís da Cunha, *Instruções Inéditas* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, 211).

monopólio do sal e a autorização para a instalação da extração e manufatura do ferro, algumas das medidas solicitadas pelos próprios comerciantes luso-brasileiros.

Quando irrompeu a guerra na Europa nos primeiros anos do século XIX, a sua apreciação da situação europeia levou-o, em 1803, a aconselhar o Príncipe Regente a estabelecer a sede da monarquia no Brasil. Como Luís da Cunha, sete décadas antes, também ele pensava que “Portugal não era a melhor e a parte mais essencial da monarquia”, projeto que naturalmente encontrou viva oposição em Portugal.

Os acontecimentos conduziram a Coroa a transferir a sua residência para o Rio, e a preexistência de um plano para mudar a administração do Brasil, esboçado por Rodrigo da Sousa Coutinho, revelou-se essencial para o sucesso dos primeiros anos da monarquia no Brasil. No entanto, o inverso não foi verdadeiro. Portugal não beneficiou de forma alguma com a transformação da estrutura imperial, nomeadamente no plano económico. Bem pelo contrário.

As vozes de dois luso-brasileiros, José da Silva Lisboa e Hipólito da Costa, permitem identificar duas reações diferentes às medidas liberais relativas ao comércio internacional. José da Silva Lisboa, responsável pela Mesa da Agricultura e Comércio na Bahia, por ocasião da chegada do Príncipe Regente, e mais tarde seu conselheiro, foi escolhido para redigir o projeto do decreto-lei de 1808. Todos os portos do Brasil seriam abertos ao comércio de todos os países, acabando com o monopólio colonial de Portugal, o que era imperativo na conjuntura de bloqueio continental na Europa. Nas Observações sobre o comércio franco do Brasil, obra publicada pouco depois, e que foi o primeiro livro impresso na Nova Imprensa Régia, do Rio, defendeu convictamente as teorias de Adam Smith, em justificação desta medida. Nos anos seguintes, louvaria repetidamente o tratado de 1810 e outras medidas de D. João. Os benefícios da nova fundamentação do comércio internacional para o desenvolvimento

do Brasil pareciam-lhe inquestionáveis e acreditava que seria igualmente benéfico para Portugal.¹⁰

Algo diferente era a posição de Hipólito da Costa, apesar de ser também apologista do comércio livre, considerava necessário que o livre-câmbio fosse moderado por certo grau de protecionismo, sendo moderado na apreciação da política econômica externa do Príncipe Regente. A sua estadia nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde fora enviado por Sousa Coutinho, para compreender as transformações em curso nesses países, dera-lhe uma perspectiva diferente da realidade econômica. Ali convivera com comerciantes e industriais. De regresso a Lisboa, fora preso pela Inquisição, acusado de atividades maçônicas. Viria a fixar-se em Londres, tornando-se editor de um dos principais jornais liberais no exílio, amplamente lido em ambos os lados do Atlântico. Mesmo antes da ratificação do tratado anglo-português, já em 1809 apontara os riscos de um convênio entre dois países de poder tão desigual. Em recensão crítica dos escritos de Silva Lisboa publicados no *Correio Brasiliense*, efetuou duas observações relevantes, como José Luis Cardoso evocou recentemente. A primeira refere-se ao papel do livre-câmbio no desenvolvimento dos Estados Unidos, salientando a importância desempenhada por algumas medidas protecionistas (referindo os direitos preferenciais das mercadorias transportadas em navios nacionais). A segunda observação refere-se à falta de reciprocidade nas condições estabelecidas para os comerciantes brasileiros em Inglaterra e para os britânicos no Brasil. De fato, o tratado excluía a admissão em Inglaterra e no seu império das principais produções brasileiras, açúcar, café e qualquer outra produção igual a produtos das colônias inglesas, exceto se fossem para reexportação. Contudo, a possibilidade de reexportação era então em si mesma essencial.

10 – José Luis Cardoso, “A abertura dos portos do Brasil: dos factos à doutrina”, *Ler História*, n.º 54 (2008), sobre este debate e a crítica de Hipólito da Costa aos escritos de J. S. Lisboa. Sobre Hipólito da Costa, ver também Paulo Roberto de Almeida, “O intelectual Hipólito José da Costa como pensador económico”, *Brasília*, n.º 1243, 12 de Abril, 2004.

Tanto a abertura dos portos a todas as nações como o tratado de 1810 de comércio e navegação foram em geral bem aceites no Brasil nesta fase. As condições das exportações e reexportações para Londres tornaram-se mais favoráveis e, com o fim da situação de guerra, o mesmo regime se aplicaria a reexportação desta grande praça para outros países. Os reduzidos direitos sobre os produtos manufaturados não afetavam diretamente a economia brasileira, devido à quase inexistente indústria. Foi a cláusula sobre a escravatura inserida no tratado de aliança com a Inglaterra que preocupou vivamente os luso-brasileiros.

Em Portugal, onde, pelo contrário, os proprietários de fábricas e comerciantes foram gravemente prejudicados pelas privilegiadas condições proporcionadas aos interesses ingleses, o tratado foi vivamente criticado. Os interesses econômicos de Portugal tinham sido inteiramente sacrificados pela Regência. O controle dos circuitos de comércio pelos negociantes britânicos veio associar-se ao poder político atribuído ao governo militar inglês. Um símbolo da inversão ocorrida é visível no tratamento preferencial oferecido à entrada das mercadorias inglesas nos portos brasileiros, onde lhes era cobrada menos 1% que às mercadorias de proveniência portuguesa. Outra condição humilhante era a necessidade de acordo prévio dos negociantes britânicos para se efetuar qualquer alteração das pautas portuguesas. Pouco tempo após a assinatura do tratado, o Clube dos Mercadores Portugueses em Londres iniciou a publicação de um jornal com o objetivo explícito de defender os interesses portugueses, tratando-os como claramente diferentes dos interesses da colônia brasileira. O Português, dirigido por Rocha Loureiro, exilado em Londres, foi publicado com regularidade, só desaparecendo bastante tempo depois do advento da revolução de 1820.¹¹

11 – O anterior periódico de Rocha Loureiro, *Correio da Península* (1809-1810), onde tinha manifestado a sua simpatia pela constituição espanhola de 1812, fora suspenso em Lisboa. Georges Boisvert, *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)* (Lisboa: FL-UL e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974) e “Le premier périodique liberal publié au Portugal: *O Correio da Península*, ou *Novo Telégrafo* (1809-1810)” em *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, coord. Miriam Halpern Pereira et al., vol. 2 (Lisboa: Sá da Costa, 1982). Sobre esta publicação ver também Maria Helena Carvalho dos Santos em Miriam Halpern Pereira et al., *O Liberalismo...*, vol. 1.

A situação era tão desfavorável para a indústria portuguesa que a taxa de 30% sobre os lanifícios, estabelecida depois do tratado de Methuen e inclusa no tratado de 1810, parecia agora uma protecção desejável quando comparada com a taxa geral de 15% para todos os produtos manufaturados estrangeiros. Mas até esta diferença foi abolida por decisão real de 15 de maio de 1814, contrariando a recomendação do Conselho da Fazenda.¹² O comércio oriental foi também redirecionado para o Brasil, de onde a reexportação para a Europa deveria doravante ter lugar (alvará de 4-2-1811).¹³

Não é surpreendente que, neste contexto, as medidas tomadas pelo Príncipe Regente para criar uma estrutura jurídica mais flexível para o desenvolvimento da indústria e da agricultura em Portugal fossem totalmente ineficazes (lei de 1809 e reforma dos forais de 1810).

As consequências do fim do comércio exclusivo colonial e a alteração das relações entre Portugal e a Inglaterra foram imediatas e catastróficas. A balança comercial, que tinha sido positiva até 1810, sofreu um profundo desequilíbrio. Em 1811, as exportações britânicas para Portugal tornaram-se treze vezes maiores do que as exportações portuguesas. O mercado brasileiro foi invadido pelas mercadorias inglesas. E a tendência permaneceu imutável nos anos seguintes, apesar da ligeira recuperação após o final da guerra.¹⁴

O restabelecimento da paz na Europa não trouxe qualquer alteração. A política de D. João VI não apontava qualquer modificação. A permanência do Rei no Rio mudara a configuração do Império, invertendo a

12 – Miriam Halpern Pereira, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo* (Lisboa: Presença, 1994), cap. 1, 35-36 (1.ª edição de 1979).

13 – Valentim Alexandre, em *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, org. Francisco Bettencourt e Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998), 16.

14 – Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular* (Lisboa: Delfos, 1962); Maria Lourdes Roque de Aguiar Ribeiro, *As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil segundo as Balanças de Comércio 1801-1821* (Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1972); Valentim Alexandre, “Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro”, *Ler História*, n.º 7 (1986): 3-43.

relação entre o Brasil e Portugal. A ausência de sinais anunciadores de futuro diferente acabaria por conduzir à desagregação do poder da Coroa em Portugal e o sistema colonial chegaria a um fim previsível. Mas, em contraste com a evolução dominante na América do Sul, a forma monárquica de governo seria preservada no Brasil por mais de seis décadas, assim como a ligação familiar à Casa de Bragança.

Nação

Duas abordagens complementares serão afloradas nesta terceira parte relativa ao conceito de Nação. A cronologia e o teor das atitudes face aos ocupantes estrangeiros, em dois tempos sucessivos, a ocupação francesa e a presença britânica. Seguir-se-á a análise da articulação entre nacionalismo e liberalismo.

O primeiro conflito entre portugueses e franceses foi desencadeado pelo arvorar da bandeira francesa no topo do Castelo de São Jorge em Lisboa, a 13 de dezembro de 1807. Nos meses seguintes, diversas medidas tomadas pelos franceses feriram os sentimentos religiosos do povo, tais como a proibição de utilização dos sinos das igrejas, das festividades natalícias e da celebração do Entrudo e também pela instalação das tropas francesas em conventos. O eclodir de revoltas por todo o país coincidiu com as festividades religiosas, em junho e julho de 1808, coincidência de forma alguma ocasional.¹⁵

Ainda que os movimentos populares em Portugal e Espanha se tenham desenvolvido mimeticamente e existissem algumas ligações entre eles, no seu todo tomaram um rumo bastante diferente. A maior parte das revoltas em Portugal, mesmo as de origem popular, facilmente foram submetidas à direção local da aristocracia e do clero rural. O cle-

15 – Sobre estas revoltas: Ana Cristina Araújo, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, *Revista de História das Ideias*, n.º 7 (1985); Albert Silbert, “Portugal e o estrangeiro durante o período revolucionário e napoleónico”, em *Portugal na Europa...*; Fernando Dores da Costa, “Franceses e “Jacobinos”: movimentações “populares” e medidas de polícia em 1808 e 1809. Uma “irrupção patriótica”?”, *Ler História*, n.º 54 (2008); António Pedro Vicente, “Um soldado na guerra peninsular: Bernardim Freire de Andrade”, separata do *Boletim Histórico Militar* (1970).

ro desempenhou um papel fundamental na justificação ideológica deste movimento, atribuindo-lhe o conteúdo de cruzada em defesa do rei e da religião, identificando os inimigos como pessoas ímpias. Neste contexto, o antisemitismo foi reativado e associado ao jacobinismo simpatizante com os franceses. Um pacto de lealdade com a monarquia de direito divino foi defendido nas proclamações, bem como o direito à resistência perante um tirano estrangeiro. Em contraste com este movimento bastante conservador, em Espanha as Juntas abriram caminho a um movimento revolucionário, que conduziu às Cortes de Cádiz. Nada de semelhante aconteceu em Portugal, embora no Sul (Beja e Vila Viçosa), onde as revoltas não conseguiram a colaboração da aristocracia e do clero local, os camponeses tenham procurado o apoio dos generais espanhóis de Badajoz e Sevilha. Contudo, as Juntas nem sempre conseguiram conter o descontentamento popular, como foi o caso do Porto e de todo o Norte do país durante a primavera de 1809. O dramático assassinato do oficial Bernardim Freire de Andrade pela população de Braga é um exemplo significativo da desordem e da falta de confiança na capacidade da classe dirigente para fazer face ao exército francês. Neste contexto, a ajuda do exército britânico no combate contra o invasor francês e no restabelecimento da autoridade teve acolhimento muito favorável junto da classe dirigente.

Foi principalmente após o fim da guerra que o descontentamento em Portugal adquiriu um conteúdo político novo. Uma situação aceite a título temporário, justificada pelo perigo de nova invasão estrangeira, surgia agora como tendo-se tornado permanente e desprovida de fundamento em tempos de paz. Não havia sinais do regresso do Rei, a coroação de D. João fora um acontecimento decepcionante em Portugal, e tampouco havia sinal dos ingleses quererem partir. O tratado de paz de 1815, assinado em Viena, também não permitia a revisão do tratado anglo-português de 1810, que fora encarado como sendo de curto prazo, senão decorridos quinze anos após a sua assinatura. Foi então que houve a percepção evidente da desastrosa posição de Portugal, agora estranhamente na dependência tanto da parte brasileira do recém-nascido Reino Unido, como da

Grã-Bretanha. A imprensa do exílio teve um papel relevante na expressão do nacionalismo e do liberalismo, a partir daí estreitamente relacionados.¹⁶ Em nome da Nação, criticava-se tanto a Coroa como a Grã-Bretanha.

Apesar da revolução de 1820 ter a sua origem num movimento elitista, uma pequena estrutura maçônica, o Sinédrio, composto por elementos militares e civis, o seu êxito e o trabalho do Congresso de 1821-1822 despertaram a esperança de mudança na população, acompanhada por nítida vontade de participação política. O vasto movimento peticionário desses anos é sinal de profundo envolvimento na vida política de pessoas de diferentes estratos, de norte a sul do país.¹⁷ Um tipo de documento muito significativo é constituído pelas “Memórias oferecidas ao Soberano Congresso”, identificando problemas e propondo medidas para os enfrentar. Este movimento peticionário, com uma vasta dimensão, era inovador e só tem paralelo em fenômenos da vida política contemporânea portuguesa. Representa o amplo despontar do sentido de cidadania.

No conjunto, estas petições e memórias, dirigidas às diferentes comissões parlamentares, dão-nos um quadro muito completo da crise do Antigo Regime, em toda a sua extensão, nos seus aspectos políticos, institucionais, sociais e econômicos, e nesse sentido podem ser comparadas aos Cahiers de Doléances franceses. A emergência dos conceitos de Nação e de cidadania revelou-se também nas atitudes relacionadas com a posição internacional do país. A mudança, no mínimo, de algumas das condições do tratado de 1810 foi vivamente exigida e os deputados responderam a esta solicitação: o diferencial de 1% foi abolido e as condições do Tratado de Methuen novamente restabelecidas, apesar da forte oposição da diplomacia britânica.

16 – Georges Boisvert, ed., *Memoriais a D. João VI (João Bernardo da Rocha Loureiro)* (Paris: FCG – Centro Cultural de Paris, 1973) e *Un pionnier...*; Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império...*, 415-420.

17 – Sobre este movimento peticionário: Albert Silbert, *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès Libérales (1821-22)* (Paris: PUF/FCG, 1968); Miriam Halpern Pereira et al., *A Crise de Antigo Regime e as Cortes Constituintes* (Lisboa, João Sá da Costa 1992), 5 vols.

A primeira revolução liberal em 1820 pode ser definida como nacionalista e colonialista. Modificar a posição no contexto do Reino Unido era uma questão essencial para Portugal, mas isso significava a inversão da posição alcançada pelo Brasil. Se os liberais portugueses viam o Brasil como uma parte inseparável da Nação, que beneficiaria tanto quanto Portugal da aplicação dos novos princípios de igualdade e liberdade, tentaram simultaneamente alterar as instituições, de modo a submeter de novo o Brasil ao governo central de Lisboa. No Brasil, a perspectiva era precisamente a oposta.¹⁸

A separação entre Portugal e Brasil foi um processo muito complexo, cada parte procurando dominar a outra, em nome de uma união que se tinha tornado vã, mas cujo ideal tardava a desaparecer de ambos os lados do Atlântico, embora mais acentuadamente do lado português. Três anos após a independência brasileira, o tratado de 1825 pôs fim à pretensão portuguesa de reconquistar uma posição comercial privilegiada no Brasil, em troca do reconhecimento da independência. Os ingleses esperaram por este reconhecimento, antes de encetar a revisão do tratado de 1810, excluindo desta forma o Brasil deste processo. Mas D. João VI morreu antes da revisão do tratado de 1810 ficar concluída, permanecendo o tratado inalterado por mais uma década.¹⁹ Durante os oito anos seguintes, o conflito político violento entre absolutistas e liberais impediu a solução desta e outras questões. O reajustamento da posição de Portugal na Europa e no mundo pós-independência do Brasil apenas se processaria a

18 – Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil”, *Tempo*, n.º 8 (1999) e *Corcundas e Constitucionais: a Cultura Política da Independência (1820-1822)* (Rio de Janeiro: Revan, 2003); Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império...*; Maria Beatriz Nizza da Silva, *O Império Luso-Brasileiro...*, cap. VIII, 2, e *A Cultura...*; Luís Filipe F. R. Thomaz, “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22”, em *1822: Dimensões*, org. Carlos G. Mota (São Paulo: Perspectiva, 1972); José Calasans, *Os Vintistas e a Regeneração Económica de Portugal* (Baía: S. A. Artes Gráficas, 1959); António Viana, *Apointamentos para a História Diplomática*, vol. II, *A emancipação do Brasil* (Lisboa, 1922): uma selecção de bibliografia centrada apenas nos anos de transição anteriores à ruptura política do Império Luso-Brasileiro, escolhida de entre a imensa bibliografia sobre o assunto.

19 – Miriam Halpern Pereira, *Das Revoluções liberais ao Estado Novo* (Lisboa, Presença, 1994), cap. IV sobre as negociações sobre as alterações e a substituição deste tratado, 1824-1842.

seguir à revolução liberal dos anos 1830. O primeiro passo foi a reforma do Estado e da sociedade, na qual Mouzinho da Silveira desempenhou um papel fundamental. Como expôs tão clara e repetidamente, as conquistas haviam constituído o alicerce do Antigo Regime. Uma vez destruída essa base, a estrutura da sociedade e do Estado tinha de ser integralmente reorganizada. A origem das suas reformas proveio da necessidade de encontrar novos recursos financeiros para o Estado, mas a sua extensão foi muito mais ampla. As reformas abarcaram toda a sociedade de Antigo Regime. Algumas planeadas desde os anos 20, mas então adiadas, eram agora consideradas como imperativas. O Estado liberal estabeleceu-se então de forma durável.²⁰

Modificar ou mesmo substituir o antigo tratado anglo-português constituiu um objetivo primordial do forte movimento nacionalista dos anos 30. Era essencial implementar o novo e moderno sistema pautal, já concluído, e cuja aplicação apenas era impedida pelo tratado. Face a negociações infrutíferas, Portugal denunciaria o tratado unilateralmente em 1836, sendo as pautas promulgadas no ano seguinte. Esta questão tinha-se tornado uma das principais vertentes do nacionalismo deste período, associado à crítica e à hostilidade em relação à Inglaterra, hostilidade que se acentuaria de novo, no final do século XIX, devido aos conflitos em torno do novo império luso-africano.

Conclusão

O início da crise do Antigo Regime em Portugal foi induzido por uma causa externa primordial, o conflito entre a França e a Inglaterra. A nova geografia do poder no Império Luso-Brasileiro e a inversão da posição entre Portugal e o Brasil na relação triangular com a Inglaterra provocaram a ruptura da base econômica do Antigo Regime. Se os fatores políticos desencadearam a crise do Antigo Regime, a evolução econômica subsequente intensificou-a e tornou imperativa a profunda mudança da sociedade e do Estado. A abolição do Antigo Regime, que teve início

20 – Miriam Halpern Pereira *et al.*, coord. e ed. crítica, *Obras de Mouzinho da Silveira* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989) e *Das revoluções...*

em 1820, demoraria mais de uma década a ser completada, atravessada por uma sequência de conflitos políticos e sociais. O compromisso entre Coroa e Nação, então já sem o Império Luso-Brasileiro, traduziu-se na partilha do poder, seguindo as diretrizes acordadas num texto constitucional que durou mais de sete décadas. No decurso desse longo período de monarquia constitucional, a construção, iniciada nos anos trinta, de novo Império centrado em África, no âmbito da expansão europeia para esse continente, viria a mudar de novo a economia. A ideologia colonialista, renovada e fortalecida, viria a impregnar a sociedade, a cultura e a política durante mais um século.

Referências Bibliográficas

Alexandre, Valentim. “O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política”. Em *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, coord. Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, João B. Serra, vol. 1. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

Alexandre, Valentim. “Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro”. *Ler História*, n.º 7 (1986): 3-43.

Alexandre, Valentim. *Os Sentidos do Império: a Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime*. Porto: Afrontamento, 1992.

Almeida, Paulo Roberto de. “O intelectual Hipólito José da Costa como pensador económico”. *Brasília*, n.º 1243, 12 de abril, 2004.

Araújo, Ana Cristina. “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”. *Revista de História das Ideias*, n.º 7 (1985).

Boisvert, Georges, ed. *Memoriais a D. João VI (João Bernardo da Rocha Loureiro)*. Paris: FCG, Centro Cultural de Paris, 1973.

Boisvert, Georges. *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Lisboa: FL-UL, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

Boisvert, Georges. “Le premier périodique liberal publié au Portugal: *Correio da Península* ou *Novo Telégrafo* (1809-1810)”. Em *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, coord. Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, João B. Serra, vol. 2. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

- Boxer, Charles. *The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*. Harmondsworth, Middlesex: Pelican/ Penguin Books, 1973.
- Calasans, José. *Os vintistas e a regeneração económica de Portugal*. Baía: S. A. Artes Gráficas, 1959.
- Cardoso, José Luís. “A abertura dos portos do Brasil: dos factos à doutrina”. *Ler História*, n.º 54 (2008).
- Cardoso, José Luís, coord. *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CMCDP, 2001.
- Dias, Graça Silva e José Silva Dias. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, 2 vols. Lisboa: INIC, 1980.
- Ferrão, António. *A Primeira Invasão Francesa de Junot Vista através dos Documentos da Intendência Geral da Policia, 1807-1808: Estudo Político e Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.
- Macedo, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*. Lisboa: Delfos, 1962.
- Martins, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos D. João VI no Brasil*. Lisboa: IAN-TT, 2007.
- Martins, Ana Canas Delgado. “Governar Portugal na guerra peninsular: um desafio atlântico”. *Ler História*, n.º 54 (2008): 75-93.
- Maxwell, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal: 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- _____. *Naked tropics: essays on empire and other rogues*. New York: Routledge, 2003: caps. 7 e 8.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil”. *Tempo*, n.º 8 (1999).
- _____. *Corcundas e Constitucionais: a Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. “Entre a lenda negra e a lenda dourada: Napoleão Bonaparte na óptica dos luso-brasileiros”. *Ler História*, n.º 54 (2008)
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das, e Humberto Fernandes Machado. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Oliveira, Luísa Tiago de. *A Saúde Pública no Vintismo*, in Pereira, Miriam Halpern, dir. *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822: Estudo e Documentos*, vol 4 Lisboa: João Sá da Costa, 1992.
- Pereira, Miriam Halpern

- _____. *Mouzinho da Silveira, pensamento e acção política*, Colecção Parlamento, Assembleia da República e Texto, Lisboa, 2009.
- _____. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Presença, 1994: caps. I, II e IV.
- _____. *Negociantes, Fabricantes e Artesãos entre Velhas e Novas Instituições*, in Pereira, Miriam Halpern, in *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822: Estudo e Documentos*, Lisboa: João Sá da Costa, 1992, vol.2.
- _____. “Del Antigo Régimen al Liberalismo (1807-1842)”. *Ayer*, n.º 37 (2000).
- _____. “A crise do Estado de antigo regime: alguns problemas conceptuais e de cronologia”. *Ler História*, 2 (1983): 3-14.
- _____. dir. *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822: Estudo e Documentos*, 5 vols. Lisboa: João Sá da Costa, 1992 t ver tb. Vieira, Benedicta Maria Duque; Pinheiro, Magda; Oliveira, Luísa Tiago de.
- _____. dir.. *Obras de Mouzinho da Silveira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- _____. coord. “A Corte Portuguesa no Brasil”. *Ler História*, n.º 54 (2008).
- Pereira, Miriam Halpern, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira e João B. Serra, coord. *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*. Comunicações ao colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2 vols. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- Pinheiro, Magda *Os Portugueses e as Finanças no Dealbar do Liberalismo*, in Pereira, Miriam Halpern, dir. *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822: Estudo e Documentos*, Lisboa: João Sá da Costa, 1992.
- Ribeiro, M.^a Lourdes Roque de Aguiar. *As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil segundo as Balanças de Comércio 1801-1821*. Lisboa: FLL, 1972.
- Silbert, Albert. *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès Libérales (1821-22)*. Paris: PUF/FCG, 1968.
- _____. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Horizonte, 1972: 35-84.
- _____. *Portugal na Europa Oitocentista*, Lisboa: Salamandra, 1998: 15-24, 149-170.
- Silva, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme: D. Rodrigo Sousa Coutinho, Conde de Linhares 1755-1812*, 2 vols. Paris: CCCG, 2002.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da.
- _____. “A repercussão da revolução de 1820 no Brasil”. *Revista de História das*

Ideias, vol. II (1979).

_____. coord. *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822. Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Estampa, 1986.

_____. *A Cultura Luso-Brasileira*. Lisboa: Estampa, 1999.

_____. “A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas”. *Ler História*, n.º 54 (2008).

Silva, Maria Beatriz Nizza da. *D. João, Príncipe e Rei no Brasil*. Lisboa: Horizonte, 2008.

Thomaz, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998 (2ª edição): com destaque para o capítulo VI.

Thomaz, Luís Filipe F. R. “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22”. Em *1822: Dimensões*, org. Carlos G. Mota. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Vargues, Isabel Nobre. “Linguagem religiosa e propaganda política”. *Revista de História das Ideias*, n.º 9 (1987).

Viana, António. *Apontamentos para a história diplomática: vol. II, A emancipação do Brasil*. Lisboa, 1922.

Vicente, António Pedro. “Um soldado na guerra peninsular: Bernardim Freire de Andrade”. Separata do *Boletim Histórico Militar*. Lisboa, 1970.

Vieira, Benedicta Maria Duque

O Problema Político Português no Tempo das Primeiras Cortes Liberais

A Justiça Civil na Transição para o Estado Liberal, in Pereira, Miriam Halpern, dir. *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822: Estudo e Documentos*, Lisboa: João Sá da Costa, 1992, vols. 1 e 5,

Artigo apresentado em março /2010. Aprovado para publicação em maio /2010.